



Indústrias Nucleares do Brasil – INB

Plano de Gerenciamento do Descomissionamento e Recuperação de Áreas Degradadas da UTM-Caldas

Termo de Abertura

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2016**



Sumário

0. CONTROLE DE REVISÕES.....	3
1. JUSTIFICATIVA DO PROJETO.....	3
2. PATROCINADOR	3
3. OBJETIVO.....	3
4. DESIGNAÇÃO DO COORDENADOR DE PROJETO	4
5. NECESSIDADES BÁSICAS DO TRABALHO A SER REALIZADO	4
6. PARTES INTERESSADAS.....	4
7. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	5
8. PREMISSAS	5
9. RESTRIÇÕES	5

**INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL - INB**PL de Gerenciamento do Desc. e Recup. De Área degradadas da UTM-Caldas
Termo de Abertura**0. Controle de Revisões**

Nome do Projeto: Plano de Gerenciamento do Descomissionamento da Unidade de Caldas	
Termo de Abertura	
Elaborado por: Saulo Q. Ribeiro	Data: 25/02/2016
Aprovado por: Assessor de Diretor	Versão: 00

Autor	Data	Versão	Descrição

1. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A criação desse projeto é a concretização de uma responsabilidade da INB que tornou-se prioritária e obrigatória para a Diretoria Executiva (DE) da empresa. Em uma reunião de conciliação com a Justiça de Federal de Poços de Caldas, ficou determinado que a INB dará total atenção ao processo de descomissionamento da unidade de Caldas fornecendo informações sobre as etapas que deverão ser seguidas para o descomissionamento e os respectivos prazos estimados para conclusão.

A decisão da diretoria foi documentada e está registrada na ata de reunião ordinária de diretoria executiva da INB, sob o nº 573 na data de 26/01/16.

2. PATROCINADOR

DIRETORIA EXECUTIVA DAS INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL (INB).

3. OBJETIVO

O Projeto tem como principal objetivo fornece os subsídios para que todas as atividades necessárias ao processo de descomissionamento sigam um linha de pensamento estratégico evitando que mudanças conceituais e que novas interrupções ocasionem atrasos e que o processo de descomissionamento possa definitivamente iniciar. Para isso será elaborado o plano diretor da unidade e o plano de gerenciamento de projetos que em conjunto com a documentação já fornecida pela GOLDER formarão a base da ações para o planejamento do projeto.

O objetivo macro é retornar aquela área a uma condição bem próxima das condições naturais pré-operacionais, porém identificando e classificando as áreas pelos seus níveis de radiação.



É um projeto multidisciplinar, com diversos subprojetos complementares cuja duração é de longo prazo.

Espera-se com o projeto uma melhor comunicação com os órgãos licenciadores e que eles possam entender com maior clareza todo o processo que será adotado pela empresa no sentido de descomissionar aquela unidade.

4. DESGINAÇÃO DO COORDENADOR DE PROJETO

Devido sua vasta experiência em diversos projetos do setor nuclear, especialmente na área de licenciamento e meio ambiente, o Sr. IUKIO OGAWA foi escolhido com o coordenador de projetos. Ele atuará em conjunto com o Superintendente de Licenciamento e Qualidade da INB, o Sr. ADAUTO SEIXAS.

5. NECESSIDADES BÁSICAS DO TRABALHO A SER REALIZADO

Foi elaborado a EAP de alto nível do projeto, e os responsáveis por cada atividade deverão detalhar todas as necessidades para entrega do pacote de trabalho. O detalhamento deverá conter, se necessário, atividades de estudos, análises técnicas e financeiras, contratações, trabalho de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. Os prazos, a qualidade e os custos de cada atividade também deverão ser objetos do detalhamento.

6. PARTES INTERESSADAS

Diretoria executiva – Possui interesse direto no sucesso do projeto, formalizando um processo de descomissionamento e definindo claramente os objetivos daquela unidade.

Gerentes, Coordenadores e Executores – Possuem interesse direto no projeto, executando e entregando as atividades estipuladas no prazo, tempo, qualidade e custo desejados. É um projeto pioneiro e agregador para os participantes.

Órgãos Regulatórios – Garantir que o processo atenda aos requisitos da legislação nuclear e ambiental, através da aplicação de práticas seguras e exequíveis.

Judiciário – Certificar que as ações estão sendo executadas conforme relatado pela empresa e dentro das especificações técnicas esperadas para o processo de descomissionamento.

Sociedade – Detentora do interesse imediato da preservação do meio ambiente.



União – Garantir a aplicação de recursos financeiros em prol de benefícios a sociedade e para os cofres públicos, evitando ações judiciais e prejuízos financeiros e ambientais a população.

7. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

- Apoio dos executivos da instituição;
- Comunicação, Dedicção e Colaboração de todos os membros do projeto;
- Bom relacionamento com os órgãos licenciadores (nuclear e ambiental);
- Servidor e hardware compatíveis para o funcionamento do sistema GED.

8. PREMISSAS

A CNEN será comunicada sobre o início do projeto e estudará a possibilidade de uma licença única para o projeto descomissionamento, precedida de relatórios técnicos para cada atividade a ser desenvolvida.

Os órgãos licenciadores estão cientes do propósito e estão dispostos a contribuir de maneira proativa na demandas que surgirão no andamento do projeto.

A execução de qualquer subprojeto dentro do PRAD, deverá ser precedido de estudos ou análises técnicas que comprovem sua real eficiência e considerando uma metodologia de validação de dados.

Todas as mudanças no projeto serão realizadas através do controle integrado de mudanças.

As atividades de TORTA II e DUCA não fazem parte dos estudos apresentados pela GOLDER e serão incorporadas as atividades de descomissionamento do PRAD.

O recursos financeiros estimados que serão necessários à execução serão obtidos juntos aos controladores e estarão disponíveis nas datas previstas e em volume suficiente.

9. RESTRIÇÕES

O MPF requer liminarmente que a INB apresente um PRAD detalhado em 120 dias, incluindo recuperação da bacia de águas Claras e Torta II. E requer ao Juízo a aplicação de uma multa diária de R\$ 50.000,00 em caso de descumprimento dos pleitos.

A INB é dependente de recursos do Tesouro Nacional e o seu orçamento é diretamente afetado por mudanças nas políticas governamentais.

Os recursos humanos especializados são escassos e deverão ser bem alocados nas atividades do projeto.